

Ministros dão 5 anos, com folga

Os ministros que defendem o presidencialismo e cinco anos de mandato para o presidente José Sarney estão mais confiantes. Há segurança entre eles de que a Assembléia Nacional Constituinte aprovará "com folga" o mandato de cinco anos. Também há tranquilidade quanto a aprovação do presidencialismo.

Reunidos ontem com o presidente Sarney, após a solenidade de entrega de comendas realizada no Congresso Nacional os ministros Prisco Viana, José Hugo Castelo Branco, José Reinaldo, Iris Rezende, Hugo Napoleão, Antônio Carlos Magalhães, Jader Barbalho, Ronaldo Costa Couto, João Alves, o líder Carlos Sant'Anna, o assessor político Thales Ramalho e o subchefe do gabinete Civil para assuntos parlamentares, Henrique Hargreaves, após troca de informações e impressões sobre contatos com deputados e senadores, concluíram que melhorou muito a posição na Constituinte pelas eleições em 89.

Quando ao presidencialismo, reconheceram que a vantagem não chega a ser igual ao tempo de mandato, mas o quadro foi considerado "muito bom". Mesmo assim os mais experientes e com vivência político-parlamentar, como Prisco Viana, Hugo Napoleão, Jader Barbalho, Antônio Carlos Magalhães e o conselheiro presidencial Thales Ramalho observaram que ninguém pode cruzar os braços.

Ministros de vivência parlamentar observaram que a avaliação positiva do Planalto pode estar sendo contestada pelos números dos que apoiam o parlamentarismo e mandato de quatro anos. "Nós estamos jogando com informações baseadas em contatos pessoais. Ou estamos agindo corretamente ou não entendemos mais nada de política", disse um deles.

Os ministros integrados ao movimento presidencialista e eleições em 89 não acreditam em mudança do quadro, muito menos em concordância de Sarney

para o parlamentarismo agora e, mais tarde, assegurar mandato de cinco anos.

Mesmo assim, um deles, ministro Borges da Silveira, reuniu-se quarta-feira com mais de 20 parlamentares que apoiam cinco anos para Sarney com o parlamentarismo. Depois de ouvir ponderações de que a solução para o impasse não pode deixar de passar pelo parlamentarismo com eleições no próximo ano, o ministro da Saúde assumiu compromisso de dar conhecimento ao chefe do governo daquela proposta.

O governador Henrique Santillo, de Goiás, acompanhado por alguns parlamentares, teve novo encontro com o ministro Luiz Henrique, defensor da proposta de parlamentarismo e cinco anos para Sarney. À noite, o assessor parlamentar de Luiz Henrique, o deputado Israel Pinheiro Filho, reuniu em sua residência mais de 30 parlamentares, para discutir a mesma tese.

SNI evita previsão sobre regime

"É difícil fazer previsões". Assim reagiu o ministro chefe do Serviço Nacional de Informações (SNI), general Ivan de Souza Mendes, ao ser indagado ontem sobre o seu prognóstico em relação à decisão da Constituinte sobre sistema de governo. Depois de ser condecorado com a Ordem do Congresso Nacional, o ministro preferiu não dar sua previsão.

— Pode dar tudo — afirmou, mostrando dúvidas em relação à posição majoritária em torno do presidencialismo ou parlamentarismo.

Enquanto isso, em outro canto do Salão Negro do Congresso Nacional, o ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães, reafirmava sua convicção de que o presidencialismo e o mandato de cinco anos serão vitoriosos. No seu entender, não haverá impasse e, em qualquer hipótese nesse sentido, os constituintes conseguirão encontrar um caminho.

— Acho que vamos vencer nos cinco anos de mandato, que é uma coisa normal e já está certa, e no presidencialismo — observou o ministro das Comunicações.

EUGÊNIO NOVAES



Ivan Mendes

Alberto apóia mandato de cinco anos

O governador Alberto Silva está em Brasília para cuidar dos superiores interesses do Piauí junto às autoridades federais. O governador, mais uma vez, ratifica ou, para a imprensa, o seu ponto de vista favorável aos cinco anos de mandato para o presidente Sarney, sustentando ainda o seu apoio ao sistema presidencialista de governo para o País.

— Mantenho e reitero o reconhecimento à duração de cinco anos para o mandato do presidente Sarney. É um direito seu, líquido e certo. Vem do juramento solenemente prestado à Nação a 15 de março de 1985 e avalizado pela Mesa do Congresso Nacional que lhe deu posse. O atual Congresso Nacional que está votando a Nova Constituição vem das eleições de 1986, como consequência da Aliança Democrática, através da qual se uniram diversas correntes. No seu Estado, associaram-se o PMDB, e o PDS, consagrando nas urnas um quadro partidário que por igual tem presença atuante no plenário da Assembléia Nacional Constituinte. Tenho a certeza de que a maioria da bancada federal do Piauí, chamada a se pronunciar, por ocasião da votação da duração do mandato do atual presidente da República e da natureza do sistema de governo, há de manifestar-se a favor dos cinco anos e pela manutenção do presidencialismo. Os fatos, mais do que as palavras hão de confirmar essa nossa avaliação — concluiu o chefe do Executivo piauiense.

Borges prevê acordo e Dias teme "buraco"

LUIZA TARANTO
Correspondente

Curitiba — O ministro da Saúde, Borges da Silveira, acredita que os constituintes chegarão a um acordo nos próximos dias sobre a votação do sistema de governo e do período de mandato presidencial. Para o ministro, o mandato de cinco anos, para o presidente Sarney é o único ponto onde a votação será definida com tranquilidade.

Já o governador paranaense, Alvaro Dias, acredita que o acordo será alcançado apenas depois do aparecimento de um buraco negro na votação do sistema de governo. "Existem propostas alternativas que podem ensejar incorporação, garantindo um re-

sultado que fortalece o Legislativo, sem prejuízo da autoridade do Presidente da República", disse o governador.

Essa proposta alternativa, para o ministro Borges da Silveira, seria a emenda do senador Humberto Lucena, que prevê a adoção do parlamentarismo depois do mandato de cinco anos do presidente Sarney.

O governador Alvaro Dias, que ainda não analisou a emenda Humberto Lucena, acredita apenas que não é interessante a adoção do parlamentarismo imediato, "para não frustrarmos o povo brasileiro e inviabilizarmos o parlamentarismo, que é o melhor sistema num momento futuro onde as instituições democráticas sejam mais fortes", disse ele.